



RUMOS E PERCURSOS DA DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO PSICOLÓGICO: SUBSÍDIOS A PARTIR DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS E ÁFRICA DO SUL¹

Elisabete Figueroa dos Santos²

*Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Departamento de
Psicologia Educacional, Campinas, SP, Brasil.*

Resumo: As imposições eurocêntricas semeadas no projeto colonial estabeleceram como estratégia o racismo epistêmico, cuja principal forma de atuação é o epistemicídio, ou seja, uma forma de refutar a legitimidade de cosmovisões africanas e de povos nativos. A Psicologia praticada no Brasil é uma área de saber jovem, que tem sido progressivamente convocada a descolonizar-se, assumindo perspectivas específicas da população com a qual lida. Tendo em vista problematizar que articulações e referências têm sido construídas pela Psicologia com foco nas populações negras e suas demandas e, se/como essas produções são apropriadas no Ensino em Psicologia, busco, neste ensaio, resgatar subsídios e questões construídos nos embates à/da Psicologia a partir de três países: Brasil, África do Sul e Estados Unidos da América.

Palavras-Chave: Psicologia e relações étnico-raciais; *Black Psychology*; Psicologia Africana; Ensino de Psicologia; Descolonização.

¹ O título foi inspirado no nome de um clássico manual brasileiro de História da Psicologia intitulado "História da psicologia: rumos e percursos" (Jacó-Vilela, Ferreira, Portugal, 2006).

² Possui graduação (2008), mestrado (2011) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2015). Atualmente, é professora e vice-chefe do Departamento de Psicologia Educacional - DEPE/UNICAMP. É vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas "Diferenças e Subjetividades em Educação" da Faculdade de Educação/UNICAMP. E-mail: elifigue@unicamp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2017-8845>



TRAJECTORIES AND PATHWAYS IN THE DECOLONIZATION OF PSYCHOLOGICAL THOUGHT: INSIGHTS FROM BRAZIL, THE UNITED STATES, AND SOUTH AFRICA

Abstract: The Eurocentric impositions ingrained in the colonial project established epistemic racism as a strategy, with its primary form of operation being epistemicide—a means to refute the legitimacy of African worldviews and those of native peoples. Psychology, as practiced in Brazil, is a young field of knowledge that has been increasingly called upon to decolonize itself, adopting specific perspectives of the populations it engages with. In an effort to scrutinize the articulations and references that Psychology has developed concerning black populations and their demands, as well as how these productions are integrated into Psychology Teaching, I aim to retrieve insights and questions forged through the struggles of Psychology in three countries: Brazil, South Africa, and the United States of America.

Keywords: Psychology and ethnic-racial relations; Black Psychology; African Psychology; Psychology Teaching; Decolonization.

DIRECCIONES Y RECORRIDOS DE LA DESCOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO PSICOLÓGICO: SUBVENCIONES DE BRASIL, ESTADOS UNIDOS Y SUDÁFRICA

Resumen: Las imposiciones eurocéntricas sembradas en el proyecto colonial establecieron el racismo epistémico como una estrategia, cuya principal forma de actuación es el epistemicidio, es decir, una forma de refutar la legitimidad de las cosmovisiones africanas y los pueblos nativos. La psicología practicada en Brasil es un campo de conocimiento joven, que ha sido progresivamente convocado a descolonizarse, asumiendo perspectivas específicas de la población con la que trata. Con el fin de problematizar que articulaciones y referencias han sido construidas por la Psicología con foco en las poblaciones negras y sus demandas, y si/cómo estas producciones son apropiadas en la Enseñanza en Psicología, busco en este ensayo rescatar las subvenciones y cuestiones construidas en los enfrentamientos a/de la Psicología desde tres países: Brasil, África del Sur y Estados Unidos de América.

Palabras-clave: Psicología y relaciones étnico-raciales; Black Psychology; Psicología Africana; Enseñanza de la Psicología; Descolonización.

ORIENTATIONS ET TRAJECTOIRES DE LA DÉCOLONISATION DE LA PENSÉE PSYCHOLOGIQUE: CONTRIBUTIONS DU BRÉSIL, DES ÉTATS-UNIS ET DE L'AFRIQUE DU SUD

Résumé: Les impositions eurocentriques enracinées dans le projet colonial ont établi le racisme épistémique comme une stratégie, dont la principale modalité d'application est l'épistemicide, soit la manière de contester la légitimité des cosmovisions africaines et des peuples autochtones. La psychologie pratiquée au Brésil constitue un domaine de connaissance jeune, qui est progressivement appelé à engager un processus de décolonisation en adoptant des perspectives spécifiques de la population avec laquelle



elle interagit. Dans le but de mettre en question les articulations et les références qui ont été élaborées par la psychologie concernant les populations noires et leurs revendications, ainsi que d'évaluer dans quelle mesure ces productions sont intégrées dans l'enseignement de la psychologie, cet essai cherche à revisiter les apports et les interrogations qui ont émergé des débats autour de la psychologie dans trois pays: le Brésil, l'Afrique du Sud et les États-Unis d'Amérique.

Mots-clés: Psychologie et relations ethniques-raciales; *Black Psychology*; Psychologie africaine; Enseignement de la psychologie; Décolonisation.

INTRODUÇÃO

Quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de autorrecuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática. Com efeito, o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas -- um processo que, em última análise, é recíproco, onde uma capacita a outra. A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para esse fim. (bell hooks, 2013, p. 85-86)

Ao resgatar a trajetória de construção, implantação e difusão de ideias e práticas psicológicas no Brasil, somos impelidas/os a questionar o quanto os preceitos coloniais estão ainda presentes e arraigados no epicentro dessa sociedade. É preciso que se atente para o fato de que a matriz cultural europeia engendra todas as nossas construções culturais, sociais e intelectuais. Isto, por vezes, gera práticas cerceadoras; em outras gera práticas estigmatizantes; e em outras ainda faz com que o objeto em análise seja distorcido (VILELA, 2012; NOGUERA, 2014).

Das práticas escravistas, às marginalizadoras ou às higienistas: o resgate histórico demonstra que sempre vigorou uma crença no Brasil de que o país estava adoecido: povoado por uma população inculta, não-civilizada e de caráter duvidoso. Cabia, assim, higienizar as cidades, os corpos e as mentes. Isto porque a lente utilizada para enquadrar a paisagem brasileira distorce seus aspectos e formatos. Os padrões coloniais integram as práticas, instituições, os olhares e leituras dos eventos cotidianos... porque se assentam na matriz de pensamento que edifica os modos europeus de orquestrar as dinâmicas da vida.

Pode-se entender por matriz de pensamento eurocêntrica um padrão de pensamento que coloca a Europa e a cultura europeia no centro das perspectivas e análises, muitas vezes



em detrimento de outras culturas e regiões do mundo. Ela está relacionada a uma visão de mundo que enfatiza a supremacia cultural, política, econômica e intelectual da Europa e das nações de origem europeia (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2005).

Essa perspectiva eurocêntrica historicamente influenciou a maneira como a política, a ciência, a cultura e a própria história são estudadas e ensinadas em muitas partes do mundo. Ela também se manifestou em práticas coloniais, quando as potências europeias conquistaram terras em outras partes do mundo e impuseram suas próprias instituições, crenças e sistemas de valores sobre as culturas locais (Bhabha, 1998).

De acordo com Noguera (2014), a colonização implicou na instalação de uma estrutura social que reduz os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudossaberes, sempre lidos a partir da perspectiva eurocêntrica. No caso da colonização do continente africano, as imposições eurocênticas estabeleceram como estratégia a sistemática desqualificação e a invisibilização dos saberes tradicionais, o que acarreta na desconsideração do pensamento filosófico desses povos. Neste sentido, “o racismo antinegro assume uma categoria específica que se denomina racismo epistêmico” (p.27). A principal forma de atuação do racismo epistêmico é o que se tem denominado epistemicídio, ou seja, a invalidação de práticas, modos de ser, idiomas e saberes dos povos sob dominação europeia, que configurou uma forma de refutar a legitimidade de cosmovisões africanas e de povos nativos. Além do descrédito conferido às formas de conhecimento vinculadas à empiria dos povos tradicionais, desconsidera-se a mera possibilidade de serem esses grupos construtores de formas úteis de saber e tecnologias que fujam aos domínios, compreensões e doutrinas eurocêntricas (Santos; Pinto; Chirinéa, 2018). Deste arranjo decorrem os privilégios atribuídos ao conhecimento gestado dentro de um desenho geopolítico ocidental (NOGUERA, 2014).

O epistemicídio não refutou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas engendrou por meio de ferramentas consideradas lícitas - como as escolas, universidades e suas estruturas - uma tensão na relação entre as perspectivas africana e ocidental na África e da diáspora (Ramose, 2011; Noguera, 2014). Perdura, a partir de então, o incentivo para o investimento em compreensões de mundo pautadas em uma única possibilidade de racionalidade.

A Psicologia praticada no Brasil é uma área de saber jovem, cuja origem - conforme a versão mais contada -, remonta as produções filosóficas da antiguidade grega. Nesta altura, interessava aos filósofos compreender as nuances da parte imaterial do ser



humano, então chamada “alma”. Os filósofos valiam-se de suas cogitações para propor formas de conhecer e pensar as manifestações da alma (VILELA, 2012).

Com o advento das ciências naturais, passou-se a tensionar o projeto de estudo da alma até então desenvolvido, ao propor-se que o conhecimento produzido por meio da Filosofia não contemplava critérios considerados básicos para ser legitimado como conhecimento científico, dentre eles: ter rigor e controle; ter procedimentos metodológicos bem delineados e delimitados; ser passível de generalização a partir de critérios explícitos; possuir um objeto de estudo definido etc.

A pressão para que a Psicologia fosse enquadrada num modelo de produção de conhecimento considerado válido no mainstream científico vai reverberar nos movimentos de distanciamento da perspectiva filosófica e aproximação aos preceitos considerados “científicos” sob o viés da supremacia experimentalista, fazendo eclodir novas formas de se entender, pesquisar e construir compreensões sobre aspectos psicológicos. Nesse ínterim, entre reafirmações e contradições, surgem Comportamentalismo, Psicanálise, Gestalt, Psicologia Analítica, Psicologia Histórico-Cultural, entre tantas outras vertentes da Psicologia, as quais são fortemente incorporadas e difundidas nas agendas psicológicas em terras brasileiras. Há, portanto, um forte movimento de importação das teorias e ferramentas psicológicas de Europa e Estados Unidos.

Assumindo tais percursos e suas influências na edificação dos saberes em Psicologia, esta área de saber vai se construindo no Brasil como um conjunto de saberes e métodos diversos, orientada por um epicentro uníssono: ainda que se reconheça sua multiplicidade de olhares conceituais e metodológicos, a Psicologia constitui uma área cuja diversidade teórica é sustentada por pilares fincados na matriz de pensamento branca-patriarcal-europeia (Vilela, 2012). O que se afirma, portanto, é que a Psicologia praticada no Brasil é diversa, porém não pluriversa.

Ana Maria Jacó Vilela (2012), pesquisadora dedicada à História da Psicologia, pontua que os países europeus colonizaram novos mundos, no processo que perdurou do século XV ao XIX e, nesse percurso, a cultura europeia expandiu-se para outros continentes, promovendo a expansão do seu conceito de ciência, de seus métodos e modelos. Isso inclui os preceitos que alicerçam todo o corpo de conhecimento científico, inclusive da Psicologia. Cabe, então, debatermos os modos como esta ciência e suas ferramentas têm sido aplicadas nas análises e intervenções em nosso território. Ainda que consideremos a



ideia de que existem reformulações das ideias importadas, uma vez assentadas na matriz de pensamento branco-europeia, a possibilidade de análises de um povo imerso nas diferenças sociais culturais e raciais como o brasileiro, receberá o atravessamento do viés da monorracionalidade.

De acordo com o que propõe Dimas Masolo (2010), a monorracionalidade é um conceito que descreve o processo de tomar decisões ou resolver problemas com base em uma única forma de raciocínio ou sistema de valores. Isso implica que uma pessoa ou grupo está comprometido com um único conjunto de regras, crenças ou princípios como o único padrão de pensamento válido. Em contraste com a polirracionalidade, em que diferentes formas de racionalidade ou perspectivas são consideradas em diferentes situações, a monorracionalidade pode ser vista como inflexível e limitada, uma vez que não leva em conta a diversidade de abordagens e pontos de vista que podem ser relevantes em contextos diversos.

A monorracionalidade pode ser problemática em situações complexas ou nas quais diferentes grupos culturais ou sociais têm perspectivas diferentes sobre um assunto. A adoção de uma única forma de racionalidade pode levar à exclusão de outras vozes e perspectivas importantes, bem como a ações ou encaminhamentos inadequados ou injustos. Portanto, a noção de monorracionalidade é frequentemente discutida em contextos que promovem a consideração de múltiplas perspectivas e formas de raciocínio, incentivando a flexibilidade cognitiva e a capacidade de adaptar a abordagem à situação específica em vez de aderir rigidamente a um único sistema de pensamento (MASOLO, 2010).

Contudo, como pontua Hall (2003), em nenhum outro momento histórico a vida cultural foi tão perturbada e transformada pelas vozes das margens como agora. Mais do que uma abertura promovida dentro dos espaços dominantes, essa provocação é o resultado das políticas culturais da diferença desenvolvidas pelos “diferentes”: Isto vale não somente para a raça, mas também para outras diferenças marginalizadas.

Sustentada por uma história de referências e escolas edificadas a partir dos movimentos e necessidades sociais e históricas, a Psicologia, impulsionada pela demanda dos grupos marginalizados, tem sido convocada a abrir-se de modo a reconhecer outras ferramentas e arcabouços teóricos.

A crítica à matriz de pensamento eurocêntrica frequentemente destaca a necessidade de reconhecer e valorizar as contribuições de outras culturas e regiões para a história e o



desenvolvimento global (SAID, 2008; FANON, 2005; SPIVAK, 2010). Isso envolve uma abordagem mais inclusiva e multicultural para a compreensão do mundo e a apreciação das diversas perspectivas e experiências que existem fora do contexto europeu.

Nos últimos anos, houve um aumento no reconhecimento da influência da matriz de pensamento eurocêntrica e uma busca por abordagens mais equitativas e diversificadas no ensino, na pesquisa e na narrativa histórica. Essa mudança visa promover uma compreensão mais completa e justa da história e da cultura global, considerando todas as vozes e perspectivas.

No Brasil, há décadas, a Psicologia passou a dedicar-se à produção de uma agenda de estudos com o objetivo de problematizar e combater os efeitos dos racismos nas relações, trajetórias e subjetividades de pessoas negras. Contudo, cabe ponderarmos de que formas isso tem sido predominantemente realizado, sendo fundamental salientar os efeitos produzidos pelo racismo na (des)construção de (des)conhecimentos pelas vias do epistemicídio. Uma das esferas desses vieses está no que Gibbs (1985) refere como a criação de uma espécie de meta-teoria ou de assunções que atuam como guias para as hipóteses de pesquisadores sobre pessoas negras. Tais assunções determinam a alta frequência de hipóteses associadas a déficits, tendo implícitos estereótipos que inferiorizariam negras e negros (ALEXANDRE DA SILVA; SANTOS, 2021).

O que se verifica, é que mesmo quando a Psicologia buscou pautar questões antes silenciadas pelas interferências de epistemologias branco-europeias-coloniais, o foco tendeu a se concentrar na análise de problemas de comportamento, de carências e fracassos, enquanto são mais escassos estudos enfocando a construção de autoestima, aspirações e aquisições educacionais/profissionais, autonomia, sucesso escolar, entre outros. Essa abordagem das pesquisas tende a reforçar a noção de que ser negra/o resulta, inevitavelmente, em lacunas, ausências e desvantagens (GIBBS, 1985; SANTOS; PRESTES, 2022).

Contudo, em países africanos e da diáspora, psicólogas/os negras/os têm pautado a necessidade de descolonização das teorias e ferramentas interventivas utilizadas historicamente pela Psicologia, bem como têm denunciado seu histórico comprometimento com as elites brancas e referenciais ocidentais.

Tendo em vista problematizar que articulações e referências têm sido construídas pela Psicologia com foco nas populações negras e suas demandas; e se/como essas referências (não) têm sido apropriadas no ensino de Psicologia, busco, neste ensaio, resgatar



brevemente os percursos e questões construídos nos embates à/da Psicologia rumo à descolonização de seus recursos teóricos e metodológicos. Para tanto, escolhi discutir subsídios de Psicologias produzidas em três países multirraciais e racistas, quais sejam Brasil, África do Sul e Estados Unidos da América.

CAMINHOS E ENCRUZILHADAS ENTRE A NARRATIVA HEGEMÔNICA E A DESCOLONIZAÇÃO

I) A *Black Psychology* afro-estadunidense

De acordo com Holiday (2009), o paradigma da Black Psychology compreende quatro tradições com focos e trajetórias distintos: A tradição social contextual/multidisciplinar; a tradição empírica das ciências sociais; a tradição acadêmico-ativista negra; e a tradição afrocêntrica/afrocentrada.

A tradição social contextual/multidisciplinar é mais frequentemente associada à expressiva atuação, entre as décadas de 1930 e 1950, do corpo docente e estudantil das ciências sociais vinculado à Universidade de Chicago. Durante os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, as ciências sociais de Chicago influenciaram profundamente as articulações intelectuais, como resultado do esforço empreendido pela Escola de Chicago em focar as questões e comunidades afro-americanas, desenvolvendo-se agendas voltadas a examinar os efeitos da classe social e do status racial. Outra característica da abordagem de Chicago para a pesquisa em ciências sociais sob a liderança do sociólogo Robert E. Park inclui o uso de métodos e equipes de investigação multidisciplinares; a preocupação com contextos socioecológicos - especialmente padrões de relações sociais e características e processos da comunidade; a preocupação com os contextos sócio-históricos - isto é, compreender a história natural de um fenômeno; a pesquisa baseada na comunidade; e a vinculação de resultados de pesquisa com discussões de política social (HOLLIDAY, 2009).

Já a tradição empírica das Ciências Sociais está associada à Universidade de Michigan. Também atuante no escopo das ciências sociais, esta universidade promoveu uma abordagem científica de base empírica experimentalista para os problemas sociais, destacando-se pelo uso de técnicas de amostragem sofisticadas e procedimentos de análise estatística aplicados a estudos e pesquisas de larga escala. Além disso, Michigan deu contribuições importantes à psicologia afro-estadunidense pelo desenvolvimento de



atividades de orientação de psicólogas/os pretas/os pesquisadoras/es e suas respectivas agendas de pesquisas desenvolvidas com conclusões respaldadas por dados empíricos.

A tradição acadêmico-ativista negra, por sua vez, é frequentemente associada à faculdade de ciências sociais da *Black Howard University* em Washington, DC. Destacando-se no cenário nacional e histórico por um corpo docente dotado de pesquisadores negros renomados, a contribuição distintiva desta tradição para a psicologia afro-americana foi sua ênfase no uso da pesquisa para apoiar a mudança social e empoderar as comunidades negras, e seu posicionamento político-intelectual a favor de que estudiosas/os negras/os assumam sua responsabilidade enquanto ativistas da comunidade negra.

Por fim, a tradição afrocêntrica/afrocentrada enfatiza a necessidade de resgate e fortalecimento das conexões de vários tipos entre pessoas e comunidades de ascendência africana e das tradições culturais das comunidades africanas em toda a diáspora africana. Esta perspectiva afrocêntrica dentro da *Black Psychology* incorpora a consideração de Fatores culturais e históricos da cultura afro-americana, de modo a reconhecer que a cultura negra e a psicologia dos negros requerem a fusão e o uso de elementos africanos e eurocêntricos, para efetuar os enfrentamentos necessários à opressão e à cultura europeia dominante (HOLLIDAY, 2009). A perspectiva afrocêntrica é também integrada por teorias psicológicas que enfatizam o papel crítico do desenvolvimento da identidade étnica/racial, a exemplo das proposições de Janet Helms (1990) e William Cross's (1971, 1991).

Alguns dos conceitos-chave da *Black Psychology* centrada na África que servem para efetuar uma ponte conceitual entre a tradição africana da filosofia e preocupações mais contemporâneas incluem o seguinte: Ma'at, entendido como um princípio que deve orientar as ações humanas e que inclui sete virtudes cardeais, quais sejam: verdade, justiça, propriedade/compaixão, harmonia, equilíbrio, reciprocidade e ordem; Maafa, que demarca as vivências desumanizadoras da escravização africana e da diáspora africana e a conseqüente negação da validade da humanidade do povo africano; e Sankofa, que se refere ao uso do passado histórico e das tradições como um guia para as ações futuras. Holliday aponta que a tradição afrocêntrica/afrocentrada foi bem-sucedida em infundir a noção de teoria “culturalmente centrada” e “culturalmente específica” e suas aplicações em psicologia, discutindo como essas teorias e aplicações revelaram as limitações da busca por uma teoria pretensamente “universal” e por um desenvolvimento “normativo”, antes recorrentes na Psicologia estadunidense.



Na década de 1960, psicólogas/os pretas/os estadunidenses, mobilizadas/os devido ao período de efervescências pelos embates do movimento pelos direitos civis; depois de tentativas frustradas de pautarem as desigualdades étnico-raciais verificadas no país, suas repercussões subjetivas e os silenciamentos históricos da Psicologia majoritariamente branca, em eventos acadêmicos importantes como os encontros da American Psychological Association (APA); decidiram concretizar suas agendas, críticas e teorizações criando a *Association of Black Psychology* (ABPsi).

A ABPsi condensa os esforços das/os profissionais de psicologia em construir ferramentas para enquadrar e endereçar os fenômenos e processos vividos por sujeitos da diáspora africana e, particularmente, em países multirraciais e racistas. Assim, constituiu-se nos Estados Unidos a perspectiva da *Black Psychology*.

Os principais pontos de comunicação e divulgação das pesquisas e conhecimentos produzidos pelas/os signatárias/os da *Black Psychology* são: a Convenção Anual da *Black Psychology*, que reúne há 54 edições profissionais de psicologia, pesquisadores/as, docentes e estudantes negros e negras e debatedores/as de relações étnico-raciais/africanidades dentro da área da Psicologia; e o *Journal of Black Psychology*, revista científica de excelência, com publicações regulares desde o ano de 1974.

II) Estudos sobre relações étnico-raciais na Psicologia brasileira

Santos, Schucman e Martins (2012) traçaram uma linha no tempo em que propõem três momentos do pensamento psicológico brasileiro acerca das relações étnico-raciais, delimitados a partir de tendências moldadas por rupturas e constituição de novos saberes, cujas orientações preponderantes foram de ordens biológico-causal, culturalista e relacional. Respectivamente, tem-se em I) fins do século XIX e início do século XX, estudos pautados pelo objetivo de traçar as características psicológicas dos escravos e ex-escravos, tendo-se em vista fornecer elementos para a demarcação do negro como sujeito psicológico. Esta agenda configura a chamada “Escola Nina Rodrigues”. II) O período de 1930 até 1950, em que acontece o debate da construção social e cultural das diferenças, de modo a predominar um viés de desconstrução do determinismo biológico das raças. E, por fim, III) a partir de 1990, vigoram os estudos sobre branqueamento e branquitude, tendo como principais referências Jurandir Freire Costa, Irai Carone, Maria Aparecida da Silva Bento e Edith Pizza. A/os autora/es advertem que não se deve, contudo, perder de vista que entre estes períodos constatam-se momentos de reticências e silenciamentos da



Psicologia em relação à temática, indicando resistências e/ou dificuldades em dar seguimento a esta pauta.

Nota-se que a Psicologia começa a ser provocada/deslocada teoricamente quanto às questões raciais entre as décadas de 1940 e 1950, a partir de uma profusão de estudos com olhares situados, sobretudo, a partir da Psicanálise - entre outros recursos teóricos - que evidenciam os meandros das desigualdades raciais no caso brasileiro, pontuando suas repercussões subjetivas. Dentre estes, destaco: a participação de Virgínia Bicudo - ao lado de outros grandes nomes - no projeto UNESCO e do desenvolvimento de sua dissertação de mestrado, intitulada “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” (1945); o livro “Tornar-se negro: As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social” (1983) de autoria de Neusa Santos Souza; a tese de doutorado “Significações do corpo negro” de Isildinha Baptista Nogueira, em 1998; e o livro “Psicologia Social do racismo: Estudos sobre branqueamento e branquitude”, publicado em 2002 e organizado por Cida Bento e Iray Carone.

A Psicologia passa a alargar as agendas de pesquisas e ações antirracistas através da projeção de entidades da sociedade civil compostas - entre outras/os profissionais - por psicólogas/os negras/os, bem como pelas respostas do Sistema Conselhos às demandas de posicionamentos contundentes acerca de atuações psicológicas no enfrentamento ao racismo. Neste âmbito, destaco a atuação de duas entidades hoje reconhecidas nacionalmente no que toca ao debate racial, quais sejam o Instituto AMMA, Psique e Negritude e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), ambas situadas na cidade de São Paulo. Essas instituições foram fundamentais para pautar junto à categoria profissional e suas instâncias de representação, a necessidade de identificar as facetas do racismo e seus desdobramentos nas relações étnico-raciais e subjetividades, construindo-se referenciais, ferramentas e instrumentalizando profissionais para atuar sob o prisma antirracista.

No que toca à atuação do Sistema Conselhos, destaco a publicação em 2002 da resolução 018/2002 (CFP, 2002), a qual regulamenta as práticas psi no que diz respeito à dimensão da racialidade, colocando em xeque a convivência de psicólogas/os com práticas racistas em suas atuações profissionais. Ao longo das duas últimas décadas, o Sistema Conselhos, construiu campanhas reforçando o posicionamento em favor do combate ao racismo, como "O preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer. Basta! A Psicologia contra o racismo." em 2002; “Todo racismo é uma forma de violência”, em 2018; e



“Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, em 2020. Além disso, elaborado no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP), em 2017 é publicado o documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da (o) Psicóloga (o)”, que busca oferecer horizontes para uma atuação psi antirracista.

Em 2010, é realizado o I Encontro Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) das relações raciais e subjetividades (PSINEP) na cidade de São Paulo (SP), quando é criada a Associação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es de Subjetividades (ANPSINEP). O segundo PSINEP acontece em 2014, em Recife (PE).

A partir da segunda década dos anos 2000, começa a identificar-se uma presença, ainda modesta, nos estudos negros em Psicologia no contexto brasileiro, com recurso às ferramentas teóricas da afrocentricidade, incluindo referências a Na'im Akbar e Wade Nobles, entre outras/os. Em alguns contextos se apresenta como Psicologia Africana (FEDERICO, 2014) e em outros como Psicologia Preta (VEIGA, 2019).

A Psicologia Preta e Africana no Brasil está enraizada na busca por uma abordagem inclusiva e culturalmente sensível, reconhecendo a importância de considerar a diversidade étnico-racial e cultural em sua perspectiva teórica, na pesquisa e na prática. Esse campo busca explorar a Psicologia a partir de uma perspectiva contextualizada, reconhecendo as influências da cultura, da história e das experiências sociais na formação da identidade e na saúde mental das pessoas negras. A Psicologia Africana também inclui o estudo das tradições e abordagens psicológicas africanas tradicionais, que podem incluir sistemas de crenças, práticas de cura e modelos de compreensão de aspectos psicológicos que são distintos das perspectivas branco-ocidentais mais convencionais (FEDERICO, 2014; VEIGA, 2019).

Dessa forma, pode-se entender que os contornos da Psicologia no enquadre das relações raciais no Brasil são caracterizados por estudos sobre os efeitos do racismo para as subjetividades de pessoas pretas, na qual podemos incluir as produções de Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista e Virgínia Bicudo - assentados, sobretudo, no referencial da teoria psicanalítica; estudos críticos sobre as relações raciais, pautando a branquitude, que têm como referência pioneira as reflexões de Cida Bento; e a perspectiva afrocentrada, que enseja uma nova tendência teórico epistemológica. Por fim, figuram também nas



(re)configurações das relações entre Psicologia e relações étnico-raciais as atuações de entidades da sociedade civil e do Sistema Conselhos.

III) Contornos e nuances da Psicologia africana a partir da África do Sul

A partir de resoluções extraídas do *International Congress of Psychology* (2012) acontecido em Cape Town, delineou-se o nascimento da PAPU - *Pan-African Psychology Union*, tendo-se em vista o reconhecimento da necessidade de uma instância que fomentasse uma Psicologia conectada com os países africanos e suas demandas. Na assembleia inaugural da PAPU, estabeleceu-se para a entidade o funcionamento por meio de uma união colaborativa de países africanos, cujo intuito é promover o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e prática voltada para os países africanos e para o restante do mundo. A primeira reunião da PAPU aconteceu no contexto da primeira edição do *Pan-African Psychology Congress*, em 2014, na cidade de Durban (África do Sul).

Essa movimentação, semelhante àquelas ocorridas no Brasil e nos Estados Unidos, esboça um processo de questionamento e tentativas de definição de ferramentas teóricas e práticas da Psicologia condizentes com as necessidades dos povos negros/africanos. Neste ínterim, questiona-se que psicologia tem sido (re)produzida no contexto africano, o que se pode entender como território africano e, por consequência, o que é e de trata uma psicologia que se auto referencia como africana.

É no esforço de dialogar com o questionamento de Augustine Nwoye (2015) “*What is African Psychology the psychology of?*” que Kopano Ratele, pesquisador sul africano, analisando as relações entre Psicologia e África (e africanos/as), propõe que existem quatro configurações principais de psicologias africanas: a psicologia na África; a psicologia cultural africana; a psicologia crítica africana; e os estudos psicológicos africanos.

A primeira orientação refere-se à incorporação da psicologia hegemônica, considerada por suas/seus adeptas/os objetiva, isenta de valores e apolítica, de modo a endossar o entendimento de uma psicologia ocidental, originada na Europa, de aplicabilidade universal, mas praticada na África. Em síntese, “trata-se de fazer as mesmas perguntas, feitas por outros em outras partes do mundo, só que no continente africano” (Ratele, 2016, p. 7). Segundo o autor, essa é a perspectiva psicológica dominante em África, seja nos enquadres das aplicações terapêuticas, seja pautando as análises e publicações da área.



A segunda orientação, de que nos fala o autor, concebe a psicologia africana como o estudo de sujeitos entendidos como inerentemente culturais, atravessados e constituídos por fenômenos metafísicos, espirituais ou culturais. Neste eixo de análise, considera-se fundamental examinar a maneira como as pessoas veem, falam, suas filosofias, valores e costumes. Há um giro nas compreensões desta orientação: procurar fundamentar-se nas visões de mundo e nas experiências vividas das pessoas em interlocução, em vez de favorecer pressuposições baseadas em valores ocidentais. A psicologia cultural africana defende a urgência em descolonizar as formas de se pensar os processos psicológicos e propõe uma forma de superar a dominação cultural por meio da psicologia como forma de reafirmar a humanidade da pessoa negra.

A terceira orientação incorpora as perspectivas críticas, como as perspectivas materialista ou política fomentadas em África. Em seu escopo, constam debates acerca da dinâmica do poder e do conhecimento - e de suas intersecções e retroalimentações - ponderando-se as possibilidades e limitações resultantes e impostas à África e seu povo, sem perder de vista as participações da psicologia neste arranjo. São temas comuns nesta seara poder, privilégio, opressão e alienação, em suas várias manifestações. Ratele reconhece o trabalho de psicólogas feministas africanas dentro da psicologia crítica africana. Alguns nomes citados pelo autor como signatários desta orientação psicológica africana são Frantz Fanon, Steve Biko e o psicólogo sul-africano Noel Chabani Manganyi.

Os estudos africanos podem ser compreendidos como um campo de estudos cujo objeto principal é a própria África. A quarta forma de circunscrever a psicologia africana, portanto, é apontada por Ratele como aquela parcela dos estudos africanos orientada por aportes psicológicos ou psicanalíticos. Desta forma, o que é sugerido é que a psicologia africana delimitada enquanto “estudos de África psicologicamente orientados” indica o empenho da psicologia/psicanálise em situar as teorias, ferramentas e percepções do campo de estudos de África. Esta é a parcela mais modesta de estudos existentes em África dentre as quatro modalidades propostas por Ratele.

ENSINO DE PSICOLOGIA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E AFRICANIDADES



No Brasil, a Educação assume diferentes importâncias de acordo com o período histórico, social e político vivido, atingindo diferentes públicos, com propósitos e efeitos também distintos. Contudo, o ensino superior é a instância mais prestigiada socialmente dentro do processo de escolarização e formativo.

Tanto a Educação, quanto a Psicologia - que por vezes se irmanam - podem ser analisadas como vitrines dos vieses anteriormente discutidos. Nos cursos de graduação em Psicologia ressoam as reticências e silenciamentos acerca de conhecimentos gerados em África ou a partir das matrizes de pensamento africanas.

Analisando as ementas de disciplinas dos 10 cursos mais conceituados do Brasil, de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF), Navasconi (2020) verificou que a temática das relações étnico-raciais aparece sobretudo em disciplinas eletivas/optativas, em comparação com as disciplinas obrigatórias. Este dado esboça a dificuldade de institucionalização da temática racial, que garantiria sua incorporação nos currículos de forma definitiva.

Mesmo nestas disciplinas, Navasconi menciona que as obras das autoras Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento não se fazem presentes nos documentos verificados dos 10 principais cursos de Psicologia. Como parte dos apagamentos e silenciamentos que remontam o epistemicídio e a despeito de vermos movimentações dentro da área da Psicologia que problematizam as relações étnico-raciais e abarcam e/ou se aproximam dos estudos africanos, cabe questionarmos o quanto os conhecimentos daí resultantes têm sido efetivamente incorporados pela Psicologia brasileira e difundidos nos meios acadêmicos e, sobretudo, no ensino de Psicologia.

Em 2023, completam-se 20 anos da promulgação da Lei n.10.639 (BRASIL, 2003), medida planejada para oferecer intervenções pedagógicas na educação básica que contemplem elementos históricos e culturais de matriz africana para ampliar o leque de ferramentas por meio do qual é possível operacionalizar compreensões de mundo. A aprovação desta lei significou um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, intelectuais e psicológicos resultantes do racismo e de formas correlatas de discriminação (MEC/SECAD, 2006).

Conforme propõe MEC/SECAD (2006), a educação, além de um direito social, pode ser entendida como um processo de desenvolvimento humano. Tendo em vista os



desdobramentos na educação brasileira, observam-se os esforços de várias frentes do Movimento Negro, em especial os de Mulheres Negras, e o empenho dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos semelhantes criados em universidades, que buscam a estruturação de uma política nacional de educação calcada em práticas antidiscriminatórias e antirracistas. Várias pesquisas, nesse sentido, têm demonstrado que o racismo em nossa sociedade constitui também ingrediente para o fracasso escolar de estudantes(as) negros(as).

É preciso que se questione: qual a relação desta lei com o que se ensina nos cursos de Psicologia? A resposta não é linear, tampouco se pretende conclusiva. Primeiramente, vale pontuar que a psicologia, no Brasil, é uma ciência eurocêntrica, historicamente executada majoritariamente por pessoas brancas, como confirma o primeiro censo da Psicologia brasileira que incluiu o levantamento de dados sobre orientação sexual, gênero, raça e deficiência (2022), realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Com relação à categoria raça, os dados indicam que a Psicologia é predominantemente uma profissão de pessoas brancas (64%), embora o número de pessoas pardas (26%) já represente um quarto das profissionais da área (CFP, 2022). Esse achado não é surpreendente, mas chama atenção o fato de que só agora haver a investigação sobre quão diversa é a composição de quem faz a Psicologia, assim como pela evidência de que ela não é assim tão diversa, ao menos no que toca à questão racial.

Todavia, vivemos em um país em que mais da metade da população atualmente se identifica como negra (pretos/as ou pardos/as), de forma que descolonizar a Psicologia e ampliar seu leque de abordagens e possibilidades analíticas/interventivas pode significar voltar-se à população negra de maneira a efetivamente enxergá-la e escutá-la. Urge, portanto, que a Psicologia desloque seus olhares, situando-os a partir de matrizes de pensamento que assumam as diferenças como ganho simbólico, para, assim, vislumbrar e analisar suficientemente as realidades e potencialidades deste grupo, primeiramente enquanto sujeito e, a partir disto, como sujeitos de direitos e possibilidades.

Apesar de a lei 10.639/03 tratar-se de uma medida legal que não incide diretamente sobre as bases de ensino da Psicologia, é preciso considerar que a Psicologia também se faz presente em contextos formais de educação básica, assim como em cenários educacionais informais. Logo, dialogar com as reformulações requeridas para os processos educativos de crianças e adolescentes é fundamental.



A despeito de haver legislação específica que prevê o desenvolvimento de conteúdos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições escolares do país, é possível notar que as iniciativas e medidas aplicadas para a promoção da educação das relações étnico-raciais permanecem sendo em sua maioria protagonizadas quase exclusivamente por propostas e estratégias dos movimentos negros e/ou de sujeitos negros que reconhecem a necessidade de se trabalhar a temática étnico-racial.

Todavia, como oportunamente discute Silva Junior (2002), é possível considerar que este país tem assistido a um fenômeno sem precedentes nos âmbitos político e jurídico nacionais: a progressiva proposição de legislações que visam combater as desigualdades étnico-raciais e, paralelamente, um crescente movimento de judicialização de tais debates, isto é, percebe-se o aumento de demandas populares encaminhadas para o Poder Judiciário, pautadas pelo objetivo de fazer valer direitos anunciados formalmente, mas ineficazes no cotidiano.

O Brasil, como um país com dimensões continentais e, portanto, bastante diverso em suas características, apresenta algumas dificuldades para universalizar algumas de suas principais condições e serviços. Apesar da publicação de indicadores que representam grandes transformações sociais, políticas e econômicas nas últimas décadas, (tais como, escolaridade de crianças e jovens, renda familiar, postos de emprego, para citar apenas alguns), o país acumula evidências das desigualdades sociais e raciais que caracterizam o campo educacional.

Considerando que a lei 10.639/03 busca promover a desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados à cultura afrobrasileira, a Psicologia pode contribuir no contexto escolar discutindo como esses estereótipos se formam e construindo, junto a outras/os profissionais e áreas de saber, compreensões sobre como os estereótipos e preconceitos podem ser superados. A Psicologia Educacional pode desempenhar um importante papel na avaliação do impacto das mudanças curriculares propostas por esta Lei sobre o desenvolvimento intelectual e emocional das/os estudantes, bem como na identificação de estratégias de ensino que promovam a inclusão e o respeito à diversidade. Uma vez que o ensino da história e cultura africana e afrobrasileira pode ter impacto nas identidades das crianças e adolescentes negras/os, fortalecendo a autoestima e a valorização de suas raízes culturais, cabe à Psicologia estudar e cooperar para esses processos de construção identitária e autoimagem.



Para tanto, a Psicologia brasileira precisa construir e fomentar aportes que propiciem pensar como se dá o desenvolvimento intelectual e processos de aprendizagens, de autoestima, identidades positivamente afirmativas de crianças e adolescentes negras/os, bem como considerar como, no contexto educacional, este desenvolvimento tem se dado e de que formas é possível acionar ferramentas para facilitar e/ou promover espaços que potencializem desenvolvimentos saudáveis. É nesta medida, portanto, que a Psicologia pode ir ao encontro do que propõe a Lei 10639/03.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, busquei cotejar elementos que informassem alguns caminhos possíveis da Psicologia rumo à descolonização de sua matriz de pensamento, de modo a abrirem-se horizontes e abordagens para seus estudos, análises e intervenções junto à população negra.

Partindo da constatação do compromisso histórico da Psicologia com as elites brancas e suas formas de pensamento, argumentei que as leituras assumidas por essa Psicologia dominante atuam atribuindo ou referendando rótulos ou mantendo-se alheia às demandas efetivas das populações negras de África e da diáspora. Mapeei, contudo, movimentos, ações e tendências antirracistas e descolonizadores na Psicologia de diferentes países, impulsionados pelas vozes das margens e inspirados pelos debates promovidos pelos movimentos sociais negros.

Brasil e Estados Unidos vivenciam movimentos contemporâneos de reivindicação do alargamento das agendas de estudos e debates quanto às demandas específicas da população negra. Mas, os percursos e recortes eleitos em cada caso relacionam-se, em alguma medida, às especificidades das configurações das relações étnico-raciais nos distintos contextos e às características já existentes nas Psicologias dominantes em suas sociedades.

No Brasil, estudos higienistas; psicanalíticos ou inspirados pela Psicanálise; e relacionais influenciam o campo de compreensões sobre raça e suas dimensões subjetivas. Nos Estados Unidos, por seu turno, destaco a atuação da Black Psychology (BP), com abordagens diferenciais, mas que utilizam-se de enquadres de perspectivas “validadas” e “difundidas” das ciências sociais para realizar suas teorizações e extrair conclusões que embasassem lutas e defesas das pautas raciais. Há, contudo, a vertente da BP afrocentrada,



a qual busca referenciais de valores, simbologias e práticas de África para localizar subjetividades, identidades, atitudes etc.

Essa vertente tem sido associada, no Brasil, com “Psicologia Preta” e/ou “Psicologia Africana”. Cabe considerar, contudo, que a Psicologia Preta estadunidense incorpora outras orientações além da afrocentrada. Assim como, que a Psicologia Africana apresenta outras vertentes além da Psicologia Cultural Africana, cujo enquadre é mais próxima da Black Psychology de base afrocentrada. Logo, Psicologia Preta estadunidense não é sinônimo de Psicologia Africana. E as generalizações, neste caso, podem replicar a lógica coisificante que representa África como algo unitário, coeso e estanque: distante de sua realidade de diversidade de povos, culturas, políticas etc.

Considerando a “Psicologia Africana”, conforme pensada por Ratele, quatro são as suas modalidades: Psicologia na África; Psicologia Cultural Africana; Psicologia Crítica Africana; e Estudos Psicológicos Africanos. Esta gama de inclinações associadas à Psicologia Africana apenas é possível no contexto africano, uma vez que tem o diferencial de se inserir no contexto geopolítico e acadêmico de países africanos. Na diáspora, a polissemia é menor, porém não menos complexa.

Vivemos no Brasil um momento de institucionalização das ações de combate ao racismo, a exemplo de mais de duas décadas da implantação das cotas raciais nas universidades públicas - posteriormente tornada uma política nacional a ser aplicada nas universidades e institutos federais por meio da Lei 12.711/12 (BRASIL, 2012) - e a Lei 10.639/03, que incide diretamente sobre o currículo da educação básica.

Todavia, as dificuldades e melindres para efetivar o ensino de História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras, bem como para que a universidade reconheça estudantes negras/os e indígenas, ingressantes ou não pelas cotas e reservas de vagas, como sujeitos construtores de conhecimento e não meros potenciais replicadores de saberes eurocêntricos, sinaliza que a institucionalização da demanda não garante a eliminação das práticas do racismo epistêmico.

Nessa medida, cabe questionar que horizontes epistemológicos têm sido apresentados nas instituições universitárias para nossas/os estudantes negras/os? Que funções cumpre a universidade/formação universitária diante de um racismo que se reconstitui e se adapta às tentativas de institucionalização? Que papéis cabe à Psicologia diante de subjetividades, memórias sociais, auto-estima intelectual cooptadas pelo racismo?

A exposição das orientações e tendências das Psicologias negras nos diferentes países não pretende ser uma narrativa que esgote suas esferas e fendas. Pelo contrário, recomendo que estudos futuros busquem aprofundar compreensões sobre estes referenciais para que se possa incorporá-los no ensino de Psicologia no contexto brasileiro de maneira a mais que descolonizar, denegrir seus enquadres teórico-metodológicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE DA SILVA, Maria Gisele, e SANTOS, Elisabete Figueroa dos. 2021. Dos (des) encontros entre psicologia, políticas públicas e comunidades quilombolas: reflexões a partir de uma revisão de literatura. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)* 13 (38):345-66. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1286>. Acesso em: 20/01/2023.

BHABHA, Homi. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BRASIL. Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: L10639 (planalto.gov.br), Acesso em 15 de agosto de 2023.

_____, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 25 de agosto de 2023.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; BENTIVI, Daiane Rose Cunha; SANDALL, Hugo. Diversidade na Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil) . *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I : formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia*. — 1. ed. — Brasília : CFP , 2022. 268 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP n.º 018/2002: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF Acesso em: 20/01/2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho : volume I: formação e inserção no mundo do trabalho / Conselho Federal de Psicologia*. — 1. ed. - Brasília : CFP, 2022. 268 p.

COOK, Norman D.; KONO, Sumiko. *Black Psychology: The Third Great Tradition*. *Journal of Black Psychology*, v. 3, n. 2, 18–28, 1977. <https://doi.org/10.1177/009579847700300208>

CROSS, W. E. *The Negro to Black conversion experience: Towards a psychology of Black liberation*. *Black World*, v. 20, n. 9, 13–27, 1971.



CROSS, W. E. *Shades of Black: Diversity in African American identity*. Philadelphia: Temple University Press, 1991.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FEDERICO, Roberta Maria. *Contribuições teóricas da Psicologia africana à intervenção de terapia de família numa comunidade da baixada fluminense*. Monografia (Especialização) - Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro, p. 35. 2014.

GIBBS, Jewelle T. *City girls: Psychosocial adjustment of urban Black adolescent females*. Sage: *A Scholarly Journal of Black Women*, v. II, n. 2, 1985.

HALL, Stuart. *Pensando a Diáspora: Reflexões Sobre a Terra no Exterior*. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HELMS, Janet. *Blacks and White racial identity: Theory, research, and practice*. Westford, CT: Greenwood Press, 1990.

HOLLIDAY, Bertha Garrett. The history and visions of African American psychology: multiple pathways to place, space, and authority. *Cultur Divers Ethnic Minor Psychol.* v.15, n.4, 317-37, 2009. doi: 10.1037/a0016971. PMID: 19916668

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira (org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. 598 p.

MASOLO, Dimas A. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana. In SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Tradução e revisão por Margarida Gomes. São Paulo: Cortez, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. “*Os nossos passos vêm de longe*”: a contribuição de 4 autoras negras para a psicologia brasileira antirracista. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, PR, 2022. 237 f.

NOGUERA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014. 136 p.

NWOYE, Augustine. What is African Psychology the psychology of? *Theory & Psychology*, v.25, n.1, 96–116, 2015. <https://doi.org/10.1177/0959354314565116>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. *Ensaio Filosóficos*, Rio de Janeiro, v. IV, out. 2011. Disponível em <https://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf>. Acesso em: 20/01/2020.



SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. *A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates*. *Educação & Realidade*, v. 43, n. 3, p. 949–967, jul. 2018. <https://doi.org/10.1590/2175-623665332>

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. *Race and Gender Relations in Developmental Psychology*. In: Dutra-Thomé, L., Rabelo, D.F., Ramos, D., Góes, E.F. (eds) *Racism and Human Development*. Springer, Cham., 2022. https://doi.org/10.1007/978-3-030-83545-3_2

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

VEIGA, Lucas Motta. *Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta*. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, n. spe, p. 244–248, dez. 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

VILELA, Ana Maria Jacó. *História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, n. spe, p. 28–43, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>

Recebido em: 17/08/2023

Aprovado em: 17/09/2023